

SUÊNIA MAGUISA DA SILVA FREITAS

**PROPOSTA DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES PARA A BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE
DA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL - FILIAL
PARAÍBA**

JOÃO PESSOA

2014

SUÊNIA MAGUISA DA SILVA FREITAS

**PROPOSTA DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES PARA A BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE
DA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL - FILIAL
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento.

JOÃO PESSOA

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Freitas, Suênya Maguisa da Silva

F862p Proposta de política de desenvolvimento de coleções para a
Biblioteca Pequeno Príncipe da Fundação Fé e Alegria filial Paraíba /
Suênya Maguisa da Silva Freitas – João Pessoa : 2014.

76 f.; il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em
Biblioteconomia) – UFPB.

Orientadora: Prof^a. Geysa Flávia Câmara de Lima

1. Política de Desenvolvimento de Coleções I. Título. II. Lima,
Geysa Flávia Câmara de Lima.

SUÊNIA MAGUISA DA SILVA FREITAS

**PROPOSTA DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE
COLEÇÕES PARA A BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE
DA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL - FILIAL
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____/_____/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Me. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento – UFPB
(Orientadora)

Prof^º Me. Edilson Targino de Melo Filho – UFPB
(Membro)

Prof^ª Me. Genoveva Batista do Nascimento – UFPB
(Membro)

Ao meu querido pai, por ter dedicado seu tempo e trabalho para me educar no bom caminho.

À minha mãe, por ter me incentivado à leitura desde minha infância. E que tudo faz para a minha felicidade.

Ao querido padre Washington Paranhos, por ter me dado a oportunidade de trabalhar com a Fundação Fé e Alegria. Por sua vocação tão bem vivida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeira e especialmente, ao bom Deus por tantas graças recebidas. A Jesus, por nos dar sua vida e seu coração a cada dia. Ao Espírito Santo por ter me dado os discernimentos necessários em cada etapa de minha vida.

Agradeço à meus pais e familiares pela boa educação, pois hoje, com muito orgulho, sou reflexo do que eles me ensinaram e por terem me incentivado aos estudos e me apoiado em cada decisão.

Agradeço ao meu noivo e amigo, Laércio França, por sua cumplicidade e paciência que muito me incentivou e acreditou na minha capacidade profissional.

À professora Geysa Flávia, por ter aceitado este desafio junto comigo, por seus conselhos e orientações tão importantes. Expresso minha admiração pela dedicação e profissionalismo.

Aos meus colegas de turma, em especial, Joseilton Pereira, Khadidja Cartaxo e Patrício Inácio por terem me acompanhado durante os cinco anos passados na academia, em amizade.

Aos colegas de trabalho, especialmente, Guigui Lins, Fatinha Souza e Sandra Maria, por diversas vezes foram minha fortaleza.

Agradeço a coordenadora da comunidade Missão És Fiel, Mércia Mousinho, e aos irmãos em Cristo por toda paciência, compreensão e por suas orações no momento de minha ausência na comunidade para me dedicar aos estudos. Agradeço em especial a Jander Cainã, Carina Nascimento, Adailson Pereira e Gildázil Dantas por todo apoio e orações.

“Só se vê bem com o coração, o essencial é invisível aos olhos.”

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 70)

RESUMO

Relato de pesquisa realizada na Biblioteca Pequeno Príncipe que atua na Fundação Fé e Alegria do Brasil filial Paraíba. Apresenta uma proposta de Política de Desenvolvimento de Coleções objetivando a uniformidade coerente e eficaz do acervo. A revisão conceitual da pesquisa foi respaldado por um levantamento bibliográfico do tema Desenvolvimento de Coleções e dos tipos de bibliotecas o que caracteriza uma pesquisa Documental e exploratória, cujo método é o estudo de caso. A coleta de dados foi baseada em observações diárias buscando identificar as informações necessárias para a pesquisa. Conclui-se que a Biblioteca é uma excelente fonte de informação para seus usuários, todavia seus serviços tenderão a serem mais impactantes se forem traçadas as diretrizes e normas propostas na Política de Desenvolvimento de Coleções como resultado desta pesquisa.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Coleções. Política de Desenvolvimento de Coleções.

ABSTRACT

Reporting Research in Library Little Prince which operates in Faith Foundation and Joy Paraiba Brazil subsidiary. Proposes a Collection Development Policy aimed at consistent and effective uniformity of the acquis. A conceptual review of the research was supported by a literature theme of the Collection Development Documentary featuring an exploratory research, which method is the case study. Data collection was based on daily observations to identify information needed for research. It is concluded that the Library is a great source of information for its users, however their services tend to be more impactful if the guidelines and rules proposed in the Collection Development Policy as a result of this research are outlined.

Keywords: Collection Development. Collection Development Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - O processo de desenvolvimento de coleções proposto por Evans	20
Figura 02 - Padre José María Velaz	47
Figura 03 - Mapa das regiões brasileiras em que a Fundação atua	49
Gráfico 01 - Número percentual de atendidos pela Fundação no Estado da Paraíba	50
Figura 04 - Entrada da biblioteca	54
Figura 05 - Acervo e mesas para estudo	54
Figura 06 - Seção infantil	55
Figura 07 - Varal de gibis e cordéis	55
Quadro 01 - Quadro indicativo de classificação do acervo infanto-juvenil na biblioteca pequeno príncipe	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDU - Classificação Decimal Universal

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

FYA - Fundação Fé e Alegria

PB - Paraíba

PE - Pernambuco

RN - Rio Grande do Norte

UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization.

UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO GERAL	16
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	18
2.1 SELEÇÃO	23
2.2 AQUISIÇÃO	25
2.2.1 Compra	25
2.2.2 Doação	27
2.2.3 Permuta	28
2.3 DESBASTE	29
2.4 DESCARTE	30
2.5 AVALIAÇÃO	31
3 CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS: delineando os seus conceitos	34
3.1 BIBLIOTECA NACIONAL	34
3.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	35
3.3 BIBLIOTECA PÚBLICA	36
3.4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA	37
3.5 BIBLIOTECA ESCOLAR	38
3.6 BIBLIOTECA INFANTIL	40

3.7 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA	41
4 METODOLOGIA	44
5 A FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA: o universo da pesquisa	46
6 A BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE: o campo da pesquisa	53
7 DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NA BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE	58
7.1 SELEÇÃO	58
7.2 AQUISIÇÃO	59
7.2.1 Compra	59
7.2.2 Doação	59
7.2.3 Permuta	60
7.3 DESBASTE	60
7.4 DESCARTE	60
7.5 AVALIAÇÃO	61
8 PROPOSTA DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	63
8.1 SELEÇÃO	63
8.2 AQUISIÇÃO	63
8.3 DESBASTE	66
8.4 DESCARTE	66
8.5 AVALIAÇÃO	67
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71

“O que dá beleza ao *deserto* é que esconde um poço de água em qualquer parte”.

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 76)

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que, por muito tempo, a quantidade de livros adquiridos era o ponto principal para se diagnosticar um bom *status* para uma biblioteca. Quanto mais livros a biblioteca possuía, mais qualidade atribuíamos a ela.

No entanto, com o passar dos anos, os profissionais bibliotecários foram percebendo que as bibliotecas possuíam recursos insuficientes para suprir uma grande demanda de livros e materiais bibliográficos, pois, a nossa sociedade da informação, tende a renovar seu conhecimento muito rapidamente, devido as constantes mudanças tecnológicas e intelectuais que dificultam as bibliotecas manterem-se atualizadas.

Com a explosão da informação e a evolução das tecnologias da informação, a produção e circulação do conhecimento aumentaram vertiginosamente, tendo como consequência: a impossibilidade de atender todas as demandas e necessidades informacionais da clientela com recursos próprios, em razão dos orçamentos escassos. (MIRANDA, 2007, p.5).

Por outro lado, sabemos da importância que tem a informação na vida do homem como um todo, pois Miranda (2007, p. 87a) também aponta que, “a informação tornou-se a mais valiosa força de transformação do homem, ou seja, informação pode traduzir-se em poder.” Todavia a informação quando mal aplicada, pode gerar maus resultados.

Esse poder da informação, associado aos contemporâneos meios de comunicação em massa, possui capacidade infinita de mudar culturalmente a sociedade como um todo. E a informação, quando aplicada corretamente, contribui como instrumento de sucesso, caso contrário, pode levar ao fracasso, dependendo do seu emprego e a quem se destina. (MIRANDA, 2007, p. 87b).

Para melhor aplicar essa avalanche de informações, possibilitando a formação do acervo de acordo com os objetivos da instituição, propiciando seu equilíbrio, torna-se essencial a realização e aplicação de uma política de gestão de desenvolvimento de coleções nas unidades de informações, pois se tornam

necessárias normas e critérios que auxiliem a moldarem a essas constantes mudanças.

Weitzel (2002, p. 62), identifica que: “[...] as atividades de desenvolvimento de coleções constituem a resposta a essa impossibilidade contemporânea devido ao crescente aumento de publicações, o qual culminou com a explosão bibliográfica.”

Isto vem ao encontro de Cervantes, Dias e Silva (2012, p. 44) quando afirmam que:

A política de desenvolvimento de coleções justifica-se por evitar que a coleção se transforme em agrupamento desajustado de documentos e por garantir a manutenção dos critérios, além da permanência física dos profissionais responsáveis pelas decisões, auxiliando nos momentos em que o bibliotecário deve decidir entre um item ou outro.

Diante do exposto, a escolha pela temática em questão se deu, devido a minha atuação como estagiária na Biblioteca Pequeno Príncipe, localizada na Fundação Fé e Alegria do Brasil (FyA) filial Paraíba, e que está passando por constantes mudanças de gestão, viu-se a necessidade de uma política que determinasse diretrizes e normas para tais. Bem como a crescente demanda de usuários adeptos dos serviços oferecidos pela biblioteca da FyA - PB. Outro fator que impulsionou a proposta da política de desenvolvimento de coleções se deu pela constante mudança na equipe diretiva da Fundação, havendo o risco de tais mudanças afetarem todo o funcionamento da biblioteca já que a mesma não dispõe de qualquer tipo de documento que norteie as atividades do processo de desenvolvimento de coleções. A esse respeito, Khan S. e Khan M. (2010, p. 8) apontam que a política de desenvolvimento de coleções é:

[...] uma ferramenta de comunicação essencial para os gestores de bibliotecas, de forma a garantir a continuidade e a coerência do desenvolvimento das coleções, mesmo com a mudança de gestores no nível de direção e de finanças. Por isso, é uma ferramenta de planejamento essencial para o bibliotecário salvar e proteger o acervo [...].

Por estes motivos, percebe-se a urgência em propor uma Política de Desenvolvimento de Coleções para a Biblioteca Pequeno Príncipe, estabelecendo

critérios para a otimização e qualidade das atividades inerentes aos processos de seleção, aquisição e avaliação do acervo bibliográfico. Com esse modelo proposto, pretende-se também, atualizar o acervo, permitindo seu crescimento e equilíbrio nas áreas de atuação da Fundação Fé e Alegria do Brasil, para direcionar o uso racional dos recursos financeiros através de critérios para a duplicação de títulos, estabelecendo prioridades de seleção e aquisição da coleção e definindo diretrizes para o desbaste e descarte de títulos da coleção.

Desta forma, foram delineados os seguintes objetivos para a elaboração da pesquisa:

1.1 OBJETIVO GERAL

Propor uma Gestão Desenvolvimento de Coleções para a Biblioteca Pequeno Príncipe da Fundação Fé e Alegria do Brasil – filial Paraíba.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Diagnosticar a situação atual da Biblioteca Pequeno Príncipe quanto às atividades ligadas à Gestão de Desenvolvimento de Coleções;
- b) Caracterizar a biblioteca estudada quanto a seus serviços, público e objetivos;
- c) Estabelecer critérios para a otimização e qualidade das atividades inerentes aos processos de seleção, aquisição e avaliação do acervo bibliográfico;
- d) Definir diretrizes para a criação da política de desenvolvimento de coleções.

“As pessoas grandes precisam sempre de explicações.”

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 8)

2 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Por um longo período de tempo, as atividades e técnicas desenvolvidas nas bibliotecas não eram muito distintas e diversificadas no tocante ao desenvolvimento das coleções, segundo Weitzel (2002, p. 61), “estiveram restrita, de maneira geral, à seleção e aquisição de materiais informacionais para formar e desenvolver coleções em bibliotecas”.

É interessante destacar, que o termo “desenvolvimento de coleções” por muito tempo, esteve restrito, de maneira geral, à seleção e aquisição de materiais informacionais para formar e desenvolver coleções em bibliotecas.

Weitzel (2002, p. 66) que considera que:

O processo de desenvolvimento de coleções tem suas origens na Antigüidade, através da seleção de obras destinadas a formar coleções em bibliotecas. A grande retomada na área teve seu marco a partir da segunda metade do século XX, em decorrência do ápice da explosão bibliográfica, quando, pela primeira vez, é questionado o modo de se formarem as coleções com base na acumulação, em detrimento da seleção orientada para a qualidade, relevância, e acesso à informação.

Para Vergueiro (1989, p. 11):

Desde alguns anos, mais precisamente a partir de finais da década de 60 e inícios da de 70, desencadeou-se na Biblioteconomia internacional um movimento ao qual se resolveu denominar Movimento para o Desenvolvimento de Coleções. De repente, no mundo inteiro (o Brasil demorou um pouco para aderir) boa parte dos bibliotecários começaram a preocupar-se com as suas coleções [...].

A preocupação como o desenvolvimento de coleções nas bibliotecas apresenta um nítido incremento no final da década de 60, porém no Brasil o processo demorou um pouco mais. Houve então o que Vergueiro (1993) chamou de “boom do desenvolvimento de coleções”, começaram a aparecer artigos e outros documentos sobre o tema com frequência cada vez maior a fim de conscientizar os profissionais da área a respeito da importância do assunto, aliado a esse fator, tem-se também, o

crescimento exponencial do número de informações, a chamada explosão bibliográfica.

Para Weitzel (2002, p. 64), desenvolver coleções é “[...] uma atividade técnica comprometida com a sistematização de determinada área sob o enfoque institucional em relação aos interesses de quem mantém a biblioteca”. Trata-se ainda, segundo a autora:

[...] da construção de um pequeno núcleo temático em bases definidas e determinadas, o qual dá sentido ao que está disperso no mundo caótico das informações. Em outras palavras, desenvolvimento de coleções é uma disciplina que procura organizar o conhecimento registrado sob enfoques e filtros específicos [...].

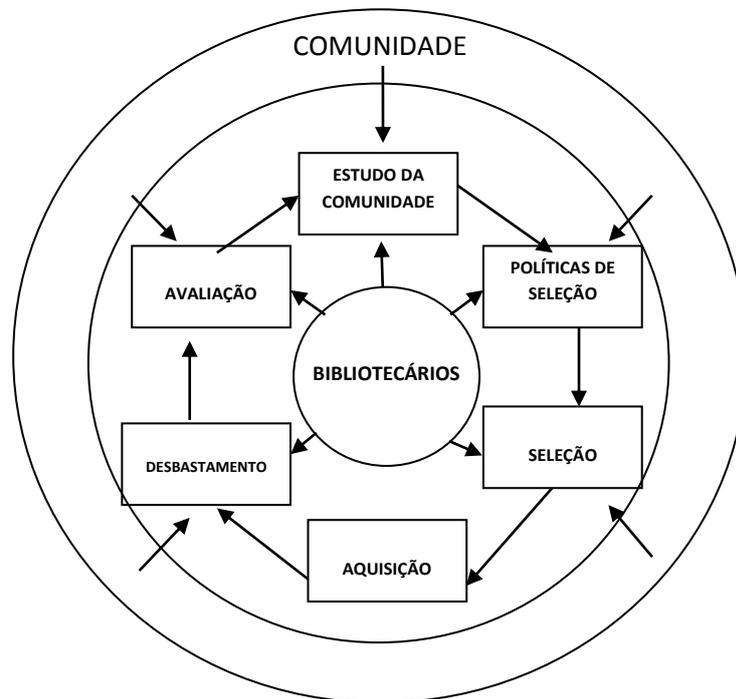
De uma maneira bastante simples Ares, Cruz e Silva Neta (2010) definem o processo de desenvolvimento de coleções:

É o conjunto de atividades caracterizadas por um processo decisório para determinar o que adquirir, manter ou descartar, garantindo a consistência e permanência do processo de desenvolvimento de coleções.

Menezes (2007, p. 13) considerou importante ressaltar que o “Desenvolvimento de Coleções se caracteriza por ser um processo de planejamento através do uso de metodologias apropriadas”, ou seja, trata-se de um processo contínuo, sem início ou fim delimitados.

Este aspecto de continuidade no processo de desenvolvimento de coleções já foi identificado por Evans (apud Vergueiro, 1993) no ano de 1979, quando foi criado um modelo para ilustrar o processo de desenvolvimento de coleções (figura 1). Para Vergueiro (1993) o modelo elaborado por Evans (1979), é bastante elucidador, pois enfatiza o caráter cíclico do desenvolvimento de coleções, onde todas as etapas estão bem definidas em torno do profissional responsável. Desta forma, o modelo cobre o processo de maneira clara e explicativa, de como deve funcionar o desenvolvimento de uma coleção de Biblioteca.

Figura 1 - O processo de desenvolvimento de coleções proposto por Evans.



A figura, bastante esclarecedora, deixa claro que o processo de desenvolvimento de coleções é ininterrupto e tem necessidade de se transformar em atividade de rotina nas unidades de informação.

Miranda (2007, p. 5), considera que o desenvolvimento de coleções é importante porque “as coleções precisam evoluir harmoniosamente em todas as áreas do acervo, para evitar que o mesmo cresça desordenadamente, sem metas ou objetivos definidos.”

Ares, Cruz e Silva Neta (2010) também indagam que o processo de desenvolvimento de coleções é importante para desencadear o processo de formação, crescimento e atualização de seu acervo.

Este mesmo aspecto é reforçado por Menezes (2007) quando afirma que para que este acervo se forme harmônica e equilibradamente é imprescindível a aplicação das ações que compõem o processo de Desenvolvimento de Coleções.

Estas ações são denominadas de política de desenvolvimento de coleções que irá estabelecer diretrizes, determinar estratégias e ações para que a unidade de informação atinja a plena satisfação informacional de seus usuários e, segundo

Miranda (2007, p. 89): “[...] atuará como instrumento delimitador de critérios na tomada de decisões para a composição e desenvolvimento do acervo.”

A política de desenvolvimento de coleções deverá ser pensada buscando comum acordo com os objetivos da instituição da qual a biblioteca está ligada, como explica Menezes (2007, p. 14):

Estas políticas devem ser traçadas de acordo com as metas e objetivos da instituição, assim como os serviços de informação prestados pela biblioteca e as necessidades dos usuários reais, potenciais e comunidades em geral.

A política de desenvolvimento de coleções irá funcionar como diretriz às decisões do bibliotecário em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e em relação à própria administração dos recursos informacionais.

É ela que irá prover uma descrição atual da coleção, apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos e funcionar como elemento de argumentação ao bibliotecário, dando-lhe subsídios para a discussão com autoridades superiores, tanto para a obtenção de novas aquisições como para recusa a imposições estapafúrdias. (VERGUEIRO, 1987, p. 197).

Isto vem ao encontro de Miranda (2007) quando concluiu que a determinação de normas para a seleção e aquisição, tanto em quantidade como em qualidade, segundo a realidade de cada biblioteca, direciona o uso racional dos recursos financeiros. Ou seja, a política de desenvolvimento de coleções irá:

- possibilitar um **crescimento racional e equilibrado do acervo** de forma qualitativa e quantitativa;
- garantir a **continuidade e a adequação** necessárias à formação da coleção;
- determinar os **critérios de duplicação** de títulos;
- estabelecer **propriedades de aquisição** de material;
- conhecer as **necessidades dos usuários**, através da análise de uso das coleções e sua atualidade;
- estabelecer critérios para **intercâmbio de materiais** informacionais;
- acompanhar o surgimento de **novos suportes de informação**, não se limitando apenas, ao suporte em papel;
- buscar **atender a todas as sugestões**, deixando o solicitado informado da aquisição ou não do item sugerido.
- identificar **critérios para recebimento de doações, descarte e reposição** de material. (MIRANDA, 2007, p. 8, grifo nosso).

Para a determinação destas normas e critérios e, posteriormente, a formação da política de desenvolvimento de coleções, deve-se observar os seguintes pontos destacados por Miranda, 2007, p. 6):

- determinação das áreas que farão parte do acervo;
- indicação do tipo de material que irá compor o acervo, independente do seu suporte físico;
- estabelecimento dos critérios e prioridades que orientarão todo o processo, incluindo as decisões as etapas de seleção, aquisição, e também o desbastamento da coleção, indicando o que deve ser transferido para depósitos especiais ou mesmo descartados;
- estabelecimento de diretrizes para a avaliação das coleções, até mesmo com indicação da periodicidade em que devera ser realizada;
- definição da quantidade de exemplares por título, especialmente para as coleções de uso correntes;
- estabelecimento de diretrizes para a preservação e conservação do acervo, contendo informações sobre as condições ambientais ideais para cada tipo de documento;
- determinação de prazos para revisão das políticas.

Quanto ao desenvolvimento e avaliação da política, pede-se que seja compilado por uma comissão. Miranda (2007, p. 7) aponta que esta comissão seja composta por:

- 1 bibliotecário, responsável pela unidade de informação;
- 1 representante das principais áreas de atuação (ou departamentos acadêmicos) da instituição à qual está diretamente subordinada;
- 1 representante da área administrativa (setor de compras).

Sendo reforçado por Cervantes, Dias e Silva (2012, p. 46):

Recomenda-se que essa comissão seja formada por um bibliotecário, responsável pela unidade de informação; um representante das principais áreas de atuação da instituição à qual está diretamente subordinada; e um representante da área administrativa, preferencialmente setor de compras.

Apesar da importante tarefa da comissão na efetivação da política, Miranda (2007) indica que a coordenação dessa comissão seja de responsabilidade do

bibliotecário, o qual convocará os demais membros para reuniões e quando ocorrer impossibilidade de agrupar a comissão, o bibliotecário tem o poder de decisão.

Em suma, uma política bem elaborada será capaz de informar ao bibliotecário:

- a) que material fará parte da coleção [...];
 - b) quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo [...];
 - c) que necessidades específicas e de que parcelas da comunidade ele deve atender [...];
 - d) como será avaliada a importância do material para a biblioteca, uma vez incorporada à coleção [...];
 - e) quando e sob quais condições ele será retirado do acervo [...].
- (VERGUEIRO, 1989, p. 27).

Embora não seja uma tarefa fácil, por demandar um minucioso e contínuo estudo, o desenvolvimento de coleções é um trabalho de planejamento de acervos, comprometido com metodologias e tomadas de decisões. Trata-se de uma rotina regular e permanente da Biblioteca. Logo, a etapa mais importante da política de desenvolvimento de coleções é o processo de seleção, pois por meio dele se garante a qualidade e o ajustamento do acervo para atender a contento as reais necessidades dos usuários.

2.1 SELEÇÃO

A seleção é um dos pontos mais importantes no processo de desenvolvimento de coleções, pois aí ficarão determinadas quais informações os usuários daquela instituição terão acesso. Neste sentido, Miranda (2007), defende que o profissional é detector do poder de compor a coleção. Isto porque ele irá determinar exatamente a que áreas do conhecimento aqueles usuários irão ter acesso. Neste sentido, Menezes (2007, p. 15) argumenta que:

É importante ressaltar que o bibliotecário deve saber usar o poder que tem em favor da coleção e dos usuários. Porém, muitas vezes, o profissional desconhece a importância do processo de seleção, o que pode resultar em decisões mal planejadas que prejudicam o bom desenvolvimento da coleção.

Vergueiro (1989) define o processo de seleção como sendo uma técnica especializada, fornecida por conhecimento e experiência, criticamente testada e acompanhado princípios gerais. Continuando, o autor dirá que:

[...] diante da expansão desenfreada da produção editorial e dos recursos sempre insuficientes para a aquisição de materiais, é preciso deixar claros os critérios que nortearão a opção por determinados materiais em prejuízo a outros. E mesmo que, porventura, recursos suficientes venham um dia a existir - o que é uma utopia -, a atividade de seleção não poderia nunca ter sua importância subestimada, pois nenhum recurso extra justifica a incorporação ou aquisição de materiais inadequados. (VERGUEIRO, 1989, p.38).

Portanto, o acervo desta biblioteca e as áreas de conhecimento em que irão abranger, serão ditados pelos próprios usuários. Não correndo o risco da unidade de informação se tornar apenas um depósito de livros, descaracterizando-a.

Este procedimento na seleção é indispensável, visto que de nada valeria ter um acervo imenso, porém inadequado aos nossos clientes, pois, sem eles, a biblioteca não passaria de um depósito de documentos, e deixaria de realizar seu papel de organizar, processar e disseminar as informações, objetivando sua difusão e criando meios para a proliferação do saber para futuras gerações. (MIRANDA, 2007, p. 89).

Neste sentido, o bibliotecário deverá ter a maior responsabilidade nas decisões de seleção dos materiais bibliográficos, não deixando de mão as demais opiniões, porém, o profissional bibliotecário é, ao menos deveria ser, o mais capacitado para as tomadas de decisões referentes à política de seleção levando em consideração a comunidade de atuação da unidade de informação.

Muitos são os fatores que implicam e define o processo de seleção do acervo, Menezes (2007) destaca alguns, como: o tipo de biblioteca, a área temática da coleção, os usuários reais e potenciais, os documentos e seu custo para a biblioteca.

Para o processo de seleção de materiais numa biblioteca, deverá levar em consideração, segundo Vergueiro (1997) o assunto, a clientela, a qualidade do documento, o preço, sua atualidade, a autoridade do autor, conveniência com os objetivos da biblioteca e da instituição, a relevância da obra a acessibilidade do idioma e as condições físicas do material.

2.2 AQUISIÇÃO

A aquisição é o processo de execução das decisões tomadas no processo de seleção. Vergueiro (1989) considera que a aquisição é mais exatamente, um meio para a concretização das decisões de seleção.

Menezes (2007), nesta mesma linha de pensamento, declara que nesta etapa as decisões tomadas previamente na seleção se tornam realidade, e os documentos finalmente ficam acessíveis aos usuários.

De acordo com Vergueiro (1989), este é um processo como desenvolvimento de coleções, que deverá ser entendido como sendo uma etapa administrativa, isto com base no modelo de Evans (figura 1), mencionado anteriormente.

É preciso deixar claro, antes de mais nada, porque a etapa de aquisição, dentro do desenvolvimento de coleções, deve ser entendida como uma etapa puramente administrativa: na figura ilustrativa do processo, [...] veremos que a aquisição é a única a não ter ligação direta com a comunidade. Isto acontece porque o papel da aquisição, no processo, constitui-se em localizar e, posteriormente, assegurar a posse, para a biblioteca, daqueles materiais que foram definidos, pela seleção, como de interesse. (VERGUEIRO, 1989, p. 63).

Também Menezes (2007, p. 17), ao analisar o processo de aquisição como um todo, defende que:

De todas as etapas do processo de Desenvolvimento de Coleções, a aquisição é a única que não sofre nenhum tipo de influência dos usuários, como já visto no modelo sistêmico proposto por Evans (1979). Trata-se de uma atividade estritamente administrativa.

A aquisição é feita através de compra, doação ou permuta e, segundo Menezes (2007) está muito próxima da atividade de seleção de materiais, uma sendo a continuidade da outra.

2.2.1 Compra

Um aspecto levantado, é a de que o processo de compra é constituído de 04 (quatro) atribuições básicas, são elas:

1. Obter informações desejadas pela biblioteca [...].

2. Efetuar o processo de compra dos materiais [...].
3. Manter e controlar arquivos necessários [...].
4. Administrar os recursos disponíveis para aquisição [...].
(VERGUEIRO, 1989, p. 64-65).

Vergueiro (1989) explica a respeito do primeiro item que é preciso fazer uso de instrumentos auxiliares pertinentes e verificar todos os dados bibliográficos imprescindíveis para uma aquisição bem sucedida. Bem como, verificar se o item não se constitui em material já constante do acervo. Para o segundo item, temos que é importante verificar qual fornecedor oferece mais vantagens pecuniárias, considerando todos os custos envolvidos. Ainda referindo-se ao item dois, o autor identifica que:

O processo de compra irá englobar, ainda, o recebimento e a abertura dos pacotes, com sua conseqüente verificação em relação às ordens de compra enviadas e às condições físicas em que o material chega à biblioteca. (VERGUEIRO, 1989, p. 65).

Para a atribuição de número 03 (três), o autor explica que consiste na manutenção, seja de forma manual ou automatizada dos arquivos dos itens selecionados, em processo de aquisição e para os itens já adquiridos. A última atribuição, que consta no item 04 (quatro) onde irá abranger toda a distribuição, controle e distribuição dos recursos da forma mais racional possível.

Segundo Menezes (2007, p. 20), existem 03 (três) tipos de modalidades de aquisição por compra, a saber:

- a) compras por licitação: regidas pela lei de Licitações e Contratos n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (atualizada pela Lei n. 8.883, de 8 de junho de 1994). Divide-se nas seguintes modalidades: convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão;
- b) compras sem licitação: aplica-se a alguns casos em que a legislação permite a dispensa de licitação ou nos casos de inexigibilidade de licitação;
- c) compras por adiantamento: conhecida também como verba de pronto pagamento ou suprimento de fundos. Aplica-se a casos onde existe urgência na aquisição de itens de pequeno custo, materiais de instituições públicas ou com exclusividade de distribuição.

Na prática, o orçamento previsto para aquisição de materiais nem sempre corresponde aos recursos liberados, ocasionando que nem todas as necessidades consideradas prioritárias serão atendidas. Por isso, o processo de compra deve ser um trabalho minucioso e exige toda a atenção e dedicação do profissional, pois é preciso tomar cuidado ao fazer a seleção de materiais para compra tendo em vista que nem sempre os recursos irão atender à demanda de necessidades.

À aquisição caberá o trabalho minucioso de identificação, localização dos itens e sua posterior obtenção para o acervo, qualquer que seja a maneira de tornar isto possível. E não é uma tarefa assim tão automática [...]. Muitas vezes, realizar um trabalho de aquisição assemelha-se a procurar uma agulha no palheiro, tantas são as possibilidades e dificuldades existentes. É uma atividade que exige perseverança e atenção a detalhes, de maneira a evitar um descompasso entre o que foi escolhido primeiramente para aquisição e aquilo que chega às mãos do usuário. (ANDRADE, 1996, p. 6).

Miranda (2007, p. 90) reforça, indicando o mesmo pensamento, quando afirma que:

A concretização desse processo, por compra, requer um trabalho esmiuçador por parte do profissional encarregado, para que haja uma perfeita correspondência entre a lista sugerida de aquisições e os materiais adquiridos.

O processo de compra de materiais é, bastante complexo, variando muito não só em relação a cada tipo de biblioteca, mas também em relação a cada material específico.

2.2.2 Doação

O processo de doação se dá quando há a aquisição de determinado material informacional sem que este venha a ter qualquer custo para a biblioteca. Porém, as doações são um importante instrumento de aquisição, na medida em que, forem devidamente direcionados pelo bibliotecário, por intermédio de uma política de doações.

Nela serão estabelecidos os critérios para o recebimento de doações, a prática da biblioteca em relação às doações sob condição – aquelas que, para entrega dos materiais, impõem uma série de pré-requisitos a serem atendidos pela biblioteca [...] – e as disposições em relação ao estabelecimento de convênios, com outras instituições ou entidades, para o recebimento de doações. (VERGUEIRO, 1989, p. 69).

As doações podem ser espontâneas que se caracterizam pelo recebimento de obras das quais não foram previamente solicitados pela biblioteca, ou as doações podem ser solicitadas pela unidade de informação às instituições ou a pessoas físicas. Devendo então, observar que todas as doações a serem incluídas no acervo, devem estar de pleno acordo com o processo de seleção preestabelecido pela unidade de informação.

[...] esta modalidade deve seguir os mesmos critérios estabelecidos na política de seleção da biblioteca. Isto evita que as condições se tornem um problema, como o recebimento de itens indesejados ou o acúmulo de obras duplicadas. (MENEZES, 2007, p. 20).

É preferível que o doador tome conhecimento do possível uso do material doado, podendo, este, ser transferido para outras unidades de informação como doação ou permuta.

2.2.3 Permuta

Este processo dá-se no intercâmbio entre unidades de informação, quando há obras duplicadas ou que não interessam àquela biblioteca, são permutadas por outras, fazendo, assim uma troca de material bibliográfico.

Diante da escassez financeira, na maioria das organizações, é essencial e considerar as possibilidades de partilhar os recursos para a redução das dificuldades como o desenvolvimento de coleções, buscando-se otimizar a aplicação dos recursos. (MIRANDA, 2007, p. 91).

As atividades ligadas à permuta ou o intercâmbio de materiais são de grande valia para o desenvolvimento de coleções das bibliotecas, pois conforme Vergueiro (1989) por meio dessas atividades, as unidades de informação poderão se desfazer de

suas inúmeras duplicatas, não mais necessárias à comunidade, bem como das possíveis doações fora de seus critérios de seleção e, em troca, tendo a possibilidade de adquirir excelentes materiais bibliográficos.

[...] possibilitam a aquisição de muitos materiais cuja posse não poderia ser obtida por outros canais, principalmente por se tratarem, em um grande número de vezes, de materiais esgotados e, em alguns casos, até mesmo de relativa raridade: possibilitam à biblioteca, por outro lado, utilizar, com bastante vantagem, as duplicatas indesejadas que se vão acumulando com o correr do tempo ou até mesmo das doações recebidas e que, por um motivo ou outro, não lhe interessou incorporar ao acervo. (VERGUEIRO, 1989, p. 70-71).

Neste entendimento, Miranda (2007, p. 91), também destaca que:

O compartilhamento de recursos informacionais exacerba o uso e, dessa forma, favorece uma melhor relação custo/benefício, principalmente das publicações pouco solicitadas, pois aumenta sua utilização e circulação.

Para tanto, vê-se a necessidade de se observar alguns pontos para que a troca proporcione um bom custo-benefício para a biblioteca, como aponta Andrade e Vergueiro (1996):

- a) equilíbrio de conteúdo das publicações;
- b) os custos reais da publicação da própria entidade;
- c) os custos de todos os serviços necessários para abrigar o título recebido;
- d) o tempo necessário para o recebimento do material permutado.

O próprio Vergueiro já havia argumentado a este respeito, em uma de suas publicações explicando que: “Não se trata, absolutamente, de adotar a filosofia do “levar vantagem em tudo” na atividade de permuta.” E completa que: “Trata-se, isto sim, de acompanhar devidamente todo o processo de intercâmbio, a fim de torná-lo o mais eficiente possível.” (VERGUEIRO, 1989).

2.3 DESBASTE

O desbaste é o processo segundo o qual Vergueiro (1989, p. 74) explica como “[...] o deslocamento para locais de menor acesso, onde os materiais serão

acomodados mais compactamente [...]”, com o propósito de que “[...] embora conservados fisicamente, ocupem o menor espaço possível.”

Para Menezes (2007) o desbastamento é o processo no qual o material informacional é retirado da coleção para otimização do espaço, recuperação física do material ou sua eliminação.

Miranda (2007^a, p. 16) considera que o desbaste é:

[...] um processo contínuo e sistemático, para conservar a qualidade da coleção, ocorrendo sempre devido necessidade de um processo constante de avaliação da coleção e deve ser feito de acordo com as necessidades da Biblioteca e com o julgamento da Comissão de Biblioteca num prazo que varia entre 03 (três) a 05 (cinco) anos.

Tomando o desbaste como uma etapa de remanejamento, “fazemos o remanejamento quando transferimos os títulos não mais utilizados da coleção ativa para outro espaço [...]” (MIRANDA, 2007b, p. 92).

O remanejamento é um processo de transição realizado, normalmente, antes do descarte. Seu principal objetivo é evitar o descarte prematuro de alguma obra. [...] é um processo dispensável, já que se não houver dúvidas quanto à obsolescência do título, poderemos fazer o descarte imediatamente. (MIRANDA, 2007b, p. 92).

Concluindo, Menezes (2007) aponta que o remanejamento possui a vantagem de uma obra poder retomar ao acervo assim que ele se torne novamente necessária para consulta.

2.4 DESCARTE

Menezes (2007, p. 24) define, resumidamente, o descarte como a “[...] retirada total e definitiva da coleção.” Para este entendimento, Vergueiro (1989) amplia nossa compreensão, quando esclarece que:

[...] os materiais informacionais, assim como as pessoas, têm um tempo de vida útil, que pode variar de um para outro, mas que invariavelmente, chega a um final. Morrem. Nesses momentos, não resta outra alternativa senão o descarte. (VERGUEIRO, 1989, p. 75).

Em um de seus livros, Vergueiro (1989) trata da grande importância desta etapa no processo de desenvolvimento de coleções e conceitua a etapa como:

[...] uma decisão final de análise da situação de cada item, a definição de que o mesmo já não preenche aquelas condições que justificaram a sua atuação, seja porque as necessidades informacionais da comunidade se modificaram, e as que o item, originalmente, buscava atender deixaram de manifestar-se, seja porque as informações por ele veiculadas, devido à cada vez mais rápida evolução do conhecimento humano, ficaram desatualizadas e deixaram de apresentar grande contribuição à comunidade que a coleção busca servir [...].(VERGUEIRO, 1989, p. 76).

Nesta mesma linha de pensamento, temos que o descarte é, a retirada definitiva dos materiais que não possuem nenhuma justificativa para continuar pertencendo ao acervo.

Não tem fundamento a guarda de material que não corresponda mais aos interesses dos usuários, além de seu expurgo possibilitar a economia de espaço, maior facilidade de acesso ao acervo e mais eficiência no atendimento ao usuário. (MIRANDA, 2007b, p. 92).

A autora percebe a necessidade de racionalização do espaço físico por meio da política de descarte e que permite um suporte adequado aos novos itens da biblioteca.

2.5 AVALIAÇÃO

Este é, talvez, o processo mais importante até aqui, pois conforme Menezes (2007), é neste momento que pode-se perceber se todas as outras etapas estão sendo aplicadas corretamente.

Em contrapartida, a etapa de avaliação de coleções é, talvez, a menos efetuada em bibliotecas, devido a muitos e variados motivos. Para Vergueiro (1989) o motivo mais comum, segundo os bibliotecários, é não terem tempo e conhecimento adequado em relação aos métodos e técnicas passíveis de utilização no processo de avaliação das coleções.

Segundo Miranda (2007, p. 14): “Os métodos utilizados para avaliar o acervo são: quantitativos (tamanho e crescimento) e qualitativos (julgamento por

especialistas, análise do uso real) [...]” garantindo uma melhor qualidade para a política.

A avaliação do acervo de uma biblioteca deverá ser precedida da escolha da metodologia mais adequada, levando-se em conta o tipo de biblioteca, os objetivos que se deseja alcançar com a avaliação, além do tamanho da coleção e os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para a realização das tarefas que compõem o processo. (MIRANDA, 2007, P. 14).

A avaliação deve ser incluída nas rotinas da biblioteca, pois sem elas todas as outras etapas correrão o risco de serem negligenciadas, podendo vir a comprometer todo o desenvolvimento de coleção.

Para melhor entendimento da escolha do nosso campo de estudo e delinear a proposta de Gestão de Desenvolvimento de Coleções, é importante conceituarmos e caracterizarmos os tipos de Bibliotecas, uma vez que, embora o processo de desenvolvimento de coleções esteja presente em todas as bibliotecas, não quer dizer que ocorrerá da mesma forma em cada uma delas. Logo, a determinação de normas e critérios para determinação de uma política de desenvolvimento de coleções, dependerá da realidade de cada biblioteca.

“É preciso que eu suporte duas ou três larvas se quiser conhecer as borboletas.”.

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 31)

3 CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS: delineando os seus conceitos

A caracterização de uma biblioteca se dá por meio de suas funções e serviços que são oferecidos e por seus vínculos institucionais. Segundo documento publicado pela Fundação Biblioteca Nacional no ano de 2000, as bibliotecas, em geral, são classificadas de acordo com as funções que desempenham, o tipo de leitor para o qual direcionam seus serviços e o nível de especialização de seu acervo. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Para caracterizar o ambiente de pesquisa, analisaremos os conceitos dos principais tipos de biblioteca. Que para Nina (2008) de acordo com a função social a biblioteca pode ser nacional, universitária, especializada, pública e escolar. Porém, para esta pesquisa, adicionaremos ainda, a biblioteca infantil e a biblioteca comunitária.

Não pretendemos, aqui, tratar minuciosamente os aspectos de cada uma dessas bibliotecas, cabe a nós o dever de expor os conceitos mais relevantes para que seja identificada a tipologia a que pertence a biblioteca aqui estudada.

3.1 BIBLIOTECA NACIONAL

O conceito de biblioteca nacional surgiu ou amadureceu na França em ocasião da Revolução Francesa. Leva o título de Nacional, por abrigar a memória documental da cultura de um país e por apresentar as seguintes características:

[...] ser beneficiária do instituto do Depósito Legal; possuir mecanismo estruturado para compra de material bibliográfico no exterior a fim de reunir uma significativa coleção de obras estrangeiras, nas quais se incluam livros relativos ao Brasil ou de interesse para o país; elabora e divulga a bibliografia brasileira corrente por intermédio do portal da Biblioteca Nacional (www.bn.br); é o centro nacional de permuta bibliográfica, em âmbito nacional e internacional. (PORTELLA, 2010, p. 251).

É importante salientar que, uma biblioteca nacional mesmo sendo pública, não significa dizer que ela é popular, seu público é bastante específico e, segundo Portella (2010, p. 51).

Uma Biblioteca Nacional procura, por todos os meios disponíveis e atualizados, colocar o acervo à disposição de pesquisadores, seja diretamente por manuseio de obras e documentos ou por consulta aos microfimes e às edições fac-símiles, no caso de material fragilizado pelo tempo, usuários identificados aqui como público presencial, seja por consultas em meio virtual, visitando o *site* da Biblioteca Nacional, e a distância (telefone, correio), em consultas à Divisão de Informação (Dinf), usuários considerados público remoto.

Tomando por base a Biblioteca Nacional do nosso país, podemos concluir que uma biblioteca deste tipo deverá ser capaz de salvaguardar a língua e a cultura de sua nação, atuando com o depósito legal de seu patrimônio bibliográfico e garantir às gerações futuras o acesso a toda ou a grande parte da produção intelectual.

3.2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

De acordo com Mattos e Dias (2009) este tipo de biblioteca surgiu na Idade Média ligada às Ordens Religiosas, que deram sustentação ao movimento de criação das Universidades.

A biblioteca universitária se caracteriza por ser aquela que serve aos estabelecimentos de ensino superior, destinada aos professores e aos alunos, embora possa ser acessível ao público em geral. Para Dib e Silva (2006, p. 20) as universidades visam “[...] formar e capacitar pessoas, a incentivar a produção, o registro do conhecimento e apoiar o desenvolvimento de pesquisas e as atividades de extensão, fortalecendo o país como um todo.” Continuando, os autores completam que:

Da mesma forma, as bibliotecas universitárias, ao apoiarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades, têm papel preponderante no desenvolvimento da sociedade, pois são mediadoras no processo de geração e produção do conhecimento. (DIB; SILVA, 2006, p. 21).

Quanto à sua função, baseado nas citações anteriores, podemos dizer que cabe à biblioteca universitária satisfazer as demandas informacionais de seus usuários para que eles desempenhem adequadamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

3.3 BIBLIOTECA PÚBLICA

Quanto à sua história aqui no Brasil, Sauiden (1980), explica que a primeira biblioteca pública fundada no nosso país foi a Biblioteca Pública da Bahia e que sua inauguração ocorreu no dia 4 de agosto de 1811. E conforme estudos, o Coronel Pedro Gomes Ferrão e o Exmo Conde dos Arcos, então governador da Bahia, foram os maiores responsáveis por esta fundação.

A biblioteca pública é a que presta serviços ao público em geral. Conforme apresenta a o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994): quando defende que a biblioteca pública “[...] é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros.” Em continuidade, o documento esclarece que:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. (IFLA/UNESCO, 1994).

Nesta mesma linha de pensamento, a Fundação Biblioteca Nacional – FBN (2000) reforça que seu conceito se baseia na “[...] igualdade de acesso para todos, sem restrição de idade, raça, sexo, status social, etc. e na disponibilização à comunidade de todo tipo de conhecimento.” Nesta perspectiva o mesmo documento argumenta que a biblioteca pública é o “elo” entre a comunidade e os recursos informacionais disponíveis.

Quanto às coleções e serviços, o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994), nos determina que:

Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação.

Sauiden (2000) ao analisar a função das bibliotecas públicas nota que “a própria denominação “biblioteca pública” pressupõe uma entidade prestando serviços ao público em geral, independentemente das condições sociais, educacionais e culturais”.

Um dos textos mais recentes da literatura sobre este assunto demonstra que as bibliotecas públicas são, dentre os outros tipos de bibliotecas, as que:

[...] mais se dedicam a sanar as necessidades e anseios dos distintos usuários que compõem a esfera social responsável por viabilizar sua existência. Preocupação que, por sua vez, se faz notar por meio de quatro funções básicas: a cultural, a informacional, a recreativa e a educacional. (REIS; SILVEIRA, 2011, p. 39).

Por fim, é interessante destacar uma fala dos autores acima citados que nos demonstra a importante participação da biblioteca pública como disseminadora da informação para uma comunidade.

3.4 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

A esse respeito Bastos, Galli e Romão (2013) relatam que:

A biblioteca não é apenas aberta e colocada ali, ela é desejada, forjada com as forças daquela comunidade, seja através de um pensar coletivo, de um sujeito que faz parte dela ou alguém que está fora dela. Assim, a biblioteca comunitária se constitui e passa a integrar o pensar daqueles sujeitos de maneira efetiva.

A biblioteca comunitária exerce, portanto, as mesmas atividades de uma biblioteca pública, diferenciando-se desta pelo simples fato de uma ser mantida pelo governo e a outra pela comunidade a qual pertence.

Há também quem confunda a biblioteca comunitária e a pública. Com relação às diferenças e semelhanças entre as bibliotecas comunitárias e as públicas, Machado (2009, p. 31) esclarece-nos 05 (cinco) particularidades que as diferenciam, a saber:

1. a forma de constituição das bibliotecas: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

Portanto, a biblioteca comunitária é, basicamente, a unidade de informação que é pensada, formada e mantida pela comunidade.

3.5 BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca escolar se destina a uma comunidade restrita, às crianças e jovens, funcionários e professores de uma determinada escola.

De início, é interessante destacar o artigo em que Fragoso (2002, p.124) afirma:

Longe de constituir mero depósito de livros, a biblioteca escolar é um centro ativo de aprendizagem. Nunca deve ser vista como mero apêndice das unidades escolares, mas como núcleo ligado ao pedagógico. [...] Integrada à comunidade escolar, a biblioteca proporcionará a seu público leitor uma convivência harmoniosa com o mundo das ideias e da informação.

Continuando, a autora esclarece que as bibliotecas escolares têm funções que podem ser agrupadas em duas categorias: a educativa e a cultural. Na função educativa, a biblioteca representa um reforço à ação do aluno e do professor. E na função cultural, ela torna-se complemento da educação formal, a oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, levar os alunos a ampliar seus conhecimentos e suas ideias a cerca do mundo.

Nas diretrizes da biblioteca no sistema educacional, a gestão em serviços de bibliotecas escolares deve priorizar a aprendizagem em todo o processo de desenvolvimento humano, além do acesso e uso da informação.

A biblioteca escolar se caracteriza como função pedagógica e abrange ampla “clientela” e de diversos níveis de escolaridade, [...] desde a educação infantil ao pós-médio, incluindo a educação de jovens e adultos, o corpo docente, funcionários e a comunidade escolar. (BEHR; ESTABEL; MORO, 2008, p 32).

Castro e Sousa (2008) citam a biblioteca escolar como um laboratório de aprendizagem, e o bibliotecário o facilitador desta aprendizagem. A biblioteca, para os autores, deve dispor de um ambiente agradável, e um acervo variado onde o professor possa indicar livros, mas também os alunos possam escolhê-los por conta própria, e até mesmo levá-los pra casa. Ampliando, assim, o papel da biblioteca escolar.

A importância da Biblioteca escolar é relatada por Pinheiro e Sachetti (2012) quando aponta que A escola sozinha não tem condições de proporcionar a cultura geral mencionada de que a criança necessita. Dessa forma faz-se necessário que a biblioteca de cada escola dentro do currículo escolar complete o processo educativo.

3.6 BIBLIOTECA INFANTIL

Melo e Neves (2005), nos esclarecem o que é uma biblioteca infantil quando indagam que a biblioteca infantil tem como função essencial desenvolver o gosto, e o hábito da leitura. Em seguida, as autoras manifestam que:

O hábito de leitura deve ser estimulado nos primeiros anos de vida escolar. Porém é impossível negar que as maiorias das escolas lamentavelmente ainda não possuem infra-estrutura desejável para a conscientização do hábito de leitura. (MELO; NEVES, 2005, p.).

Tendo consciência de que a escola, na maioria das vezes, não está devidamente preparada para atender as demandas informacionais de seus alunos, temos aí um dos motivos para que sejam criados outros meios de aprendizagem, um deles é a biblioteca.

Nesta perspectiva, as bibliotecas, principalmente as bibliotecas infantis têm o compromisso de estimular a prática de leitura nas crianças, desenvolvendo suas aptidões e seu senso de responsabilidade, tornando-o um membro proveitoso e vantajoso para a sociedade.

Com esta visão, Pinheiro e Sanchetti (2012) identificam que seu público, como o nome já diz, consta de crianças. E que é preciso tratar deste público enquanto um ser ativo, construindo conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesma.

Melo e Neves (2005) por outro lado, afirma que a biblioteca infantil é uma instituição que abriga um leque de atividades desenvolvidas não só para crianças e adolescentes, mas para a sociedade em que ela está inserida.

A biblioteca infantil não necessita das mesmas regras aplicáveis à outros tipos de bibliotecas, como por exemplo o contínuo silêncio e comunicação visual, a biblioteca infantil tem suas características próprias e merece atenção especial.

3.7 BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

De início, é importante destacar o livro de Ashwort (1967) em que temos o conceito onde o acervo é o fator principal para a identificação de uma biblioteca especializada.

A biblioteca especializada é uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular. Inclui também coleções de um espécie particular de documentos. (ASHWORT, 1967).

Este aspecto também é comentado por Wrigth (1967, p. 1), quando afirma que “biblioteca especializada significa uma biblioteca quase exclusivamente dedicada a publicações sobre um assunto ou um grupo de assuntos em particular.”

Sobre este tipo de biblioteca, Salasário (2000) explica que existem princípios teóricos no que diz respeito a conceituação dessas bibliotecas, os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário. A mesma autora também dá um aparato de termos

utilizados para definir este tipo de unidade de informação, como por exemplo, centro de informação, unidade de pesquisa, biblioteca técnica, centro de recursos da informação, entre outros.

Diante do exposto, podemos afirmar que as bibliotecas especializadas buscam atender as necessidades das instituições de que fazem parte.

Salasário (2000, p. 108), amplia nossa compreensão quando menciona que:

[...] unindo-se acervo e usuário tem-se o conceito de biblioteca especializada, ou seja, uma unidade de informação com acervo especializado destinado à satisfação das necessidades informacionais de um público específico.

Segundo Figueiredo (1979), as bibliotecas especializadas podem se localizar nas mais diversas organizações:

Estas bibliotecas podem se localizar em organizações as mais diversas, a maioria pertencendo a companhias industriais; contudo, podem existir bibliotecas especializadas em agências do governo (ministérios, autarquias, empresas semi-estatais), instituições particulares de pesquisa, sociedades profissionais, associações de comércio, instituições acadêmicas com coleções departamentais, em bibliotecas públicas com coleções especializadas de assunto, e ainda, em hospitais, bancos, escritórios de engenharia e planejamento, de advocacia, etc.

Cezarino (1978, p. 231) comenta que as bibliotecas especializadas são pertencentes à instituições particulares, governamentais ou associações organizadas com o objetivo de fornecer informação a seu usuário em um campo de assunto específico.

Indo mais adiante nesta linha de pensamento, Figueiredo (1979), instiga que um dos objetivos deste tipo de biblioteca é o de se antecipar as necessidades informacionais de sua clientela dado aos diversos tipos de materiais bibliográficos que compõem o seu acervo.

Dentre os materiais típicos de bibliotecas especializadas citam-se, além de livros e folhetos: periódicos especializados, periódicos de índices, de resumos, de revisões da literatura, bibliografias, publicações governamentais, relatórios de pesquisa, relatórios de companhias, de entidades do governo, catálogos comerciais e industriais, teses, patentes, diretórios, mapas, recortes de jornal,

plantas de engenharia, dados estatísticos. levantamentos de mercado, correspondência técnica, microformas, saídas de computador. cadernos de notas de laboratório, etc. (FIGUEIREDO, 1979).

Waldron (1973, apud Figueiredo 1978, p. 158) enumera quatro aspectos práticos da administração de bibliotecas especializadas que, segundo o autor, “fazem com que a biblioteca especializada seja realmente especializada.”

1. Serviço especializado e personalizado
2. Material atualizado
3. Acervo e serviços não abertos ao público em geral
4. Dependência de outras bibliotecas de apoio.

Após a análise destes conceitos, entende-se que, na prática, a Biblioteca Pequeno Príncipe tem suas características ligadas às bibliotecas especializadas, pois seus objetivos e suas atividades estão voltados às linhas de pesquisas e aos interesses da instituição à que ela está ligada, também observa-se que grande parte de seu acervo é composto por obras bibliográficas destinadas ao público alvo definido pelos critérios da Fundação Fé e Alegria além de seu espaço proporcionar aos usuários momentos de discussão e reflexão sobre temas ligados aos interesses da mesma.

Nas próximas seções, estudaremos a Fundação Fé e Alegria e a Biblioteca Pequeno Príncipe, o que justificará sua caracterização como Biblioteca Especializada.

“Foi o tempo que dedicastes a tua rosa que fez tua rosa tão importante.”

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p.72)

4 METODOLOGIA

A pesquisa tem o caráter documental e bibliográfico, pois se baseou em artigos acadêmicos, livros, sites de buscas e na análise de documentos institucionais e do perfil das crianças, adolescentes e professores atendidos e que atuam na Fundação Fé e Alegria, entendidos aqui como público alvo. Segundo Almeida, Guindani e Sá-Silva (2009, p. 6):

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias enquanto a pesquisa documental se recorrem a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

Os dados foram obtidos no período de 01 a 20 de junho de 2014, no horário das 8hs às 17hs mediante instrumento de coleta de dados as observações diárias, caracterizada por uma investigação exploratória e por análise dos documentos da instituição comprovando, assim, o perfil das crianças e adolescentes da Fundação Fé e Alegria do Brasil – PB.

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Segundo Gil (2008, p. 27): “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.”

Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso, pois cabe a este:

- a) Explorar situações de vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) Descrever a situação no contexto em que está sendo feita determinada investigação; e,
- c) Explicar as variáveis causas de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (GIL, 2008, p. 58).

“Só as crianças sabem o que procuram.”

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p.73)

5 A FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA: o universo da pesquisa

A história de Fé e Alegria teve início no ano de 1955 na Venezuela, com José María Vélaz, um padre da ordem Jesuíta intimamente caridoso que almejava um mundo mais humano. Vélaz era reitor da Universidade Católica de Andrés Bello em Caracas, Venezuela e desejava que seus alunos compartilhassem do mesmo desejo de transformação social iniciando, assim, uma série de visitas nos arredores de Caracas para ajudar aos necessitados. Segundo documento institucional, “foi o contato direto com a vida dos mais empobrecidos, com suas carências e necessidades que deu lugar à criação do Movimento Fé e Alegria”. (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 16)

Em uma das visitas às comunidades carentes, Vélaz e seus alunos conheceram Abrahán Reyes. Pedreiro e com oito filhos, Abrahán era um morador de um dos bairros visitados por Pe. Velaz e seus alunos, e lhes ofereceu sua própria casa para que fosse possível atender as necessidades educacionais daquele lugar, concretizando então, a primeira escola de Fé e Alegria, “por isso, em 5 de março de 1955, em um bairro de Caracas, na humilde casa de um pedreiro chamado Abrahán Reyes, inaugurou-se a primeira escola do que se conheceria como Fé e Alegria”. (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 14.)

A atitude do humilde pedreiro encheu-os de admiração dando-lhes o impulso e o exemplo de generosidade por ter sido capaz de doar sua casa para que pudessem instituir sua primeira escola de Fé e Alegria. Abrahán quis que sua casa fosse à casa de todas as crianças e jovens do bairro e não apenas de seus filhos e esposa.

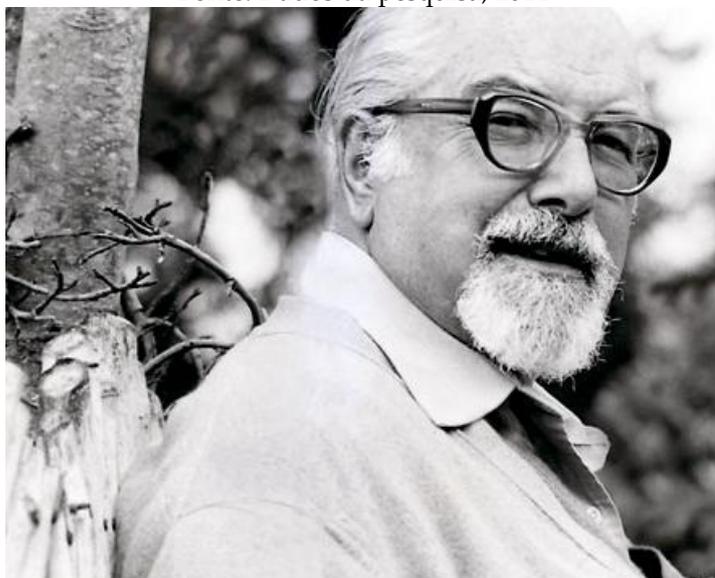
Pe. Velaz entendeu que “[...] para a formação humana e cristã daqueles universitários era necessário despertar sua sensibilidade por meio do contato direto com os problemas [...]” (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 14) e, seus alunos ousaram motivados pelo coração que aspirava no serviço aos pobres e, aos poucos, ganharam a confiança das pessoas daquele bairro. Comprometeram seus fins de semana e suas vidas, abraçaram a ideia de Fé e Alegria sendo, assim, os primeiros professores

daquele bairro. Pouco a pouco, outros iam se envolvendo neste movimento e, oportunidades de expansão em outros bairros foram surgindo.

[...] para o Padre José María, que sonhava com um grande movimento de educação que atenderia as necessidades das multidões mais pobres, uma escola era só um começo, o primeiro passo de uma larga e muito difícil caminhada, um árvore de uma imensa floresta educativa que havia de se levantar. (ESCLARIN, 1992, p. 9, tradução nossa).

Com o crescimento do Movimento Fé e Alegria, surge uma preocupação para Pe. Velaz, a qualidade da educação que os beneficiários do Movimento iriam receber, segundo os documentos institucionais analisados: “Velaz repetia que não era uma educação para pobres, era a melhor educação, educação por excelência, que precisa ser destinada a eles.” (FÉ E ALEGRIA (2009, p. 15). Para Fé e Alegria, a educação é a melhor estratégia para se alcançar uma sociedade justa.

Figura 02 - Padre José María Velaz
Fonte: Dados da pesquisa, 2014



Tecendo parcerias com as comunidades locais, a sociedade civil, os governos, as universidades e igrejas, o Movimento Fé e Alegria desenvolve programas nas seguintes áreas de atuação:

Educação Formal - Redes de escolas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), ensino técnico e programas de educação superior.

Educação Não Formal – Programas de complementação à educação formal, educação bilíngue, capacitação de jovens pelo/para o trabalho e formação de valores.

Desenvolvimento Comunitário – Programas de atenção às necessidades básicas na área de saúde e nutrição; proteção e cuidados emergenciais; organização comunitária e centros comunitários de geração de renda, acesso à cultura e à informação.

Formação de Educadores Populares – Programas de formação de educadores populares, formação docente em serviço e formação inicial e profissional de docentes.

Comunicação – Rádios comunitárias para a transmissão de alfabetização, educação para adultos e programas abertos dirigidos à formação cidadã e humano-cristã, através dos programas de opinião e noticiários, programas de educação formal semipresencial, página Web, portal Mundo Escolar, formação a distância etc., utilizando-se de tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Ação Pública – Desenvolvimento de campanhas em favor da educação de qualidade para todos e todas e participação nos movimentos em defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes. (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 16).

Atuando juntamente com a sociedade, o Movimento Fé e Alegria se estendeu ao Equador, Panamá, Perú, Bolívia, El Salvador, Colômbia, Nicarágua, Guatemala, República Dominicana, Paraguai, Argentina, Honduras, Chile, Haiti, Chade – África, Uruguai e Brasil.

No Brasil, a Fundação Fé e Alegria teve suas primeiras reuniões em São Paulo e nasceu em união aos movimentos sociais.

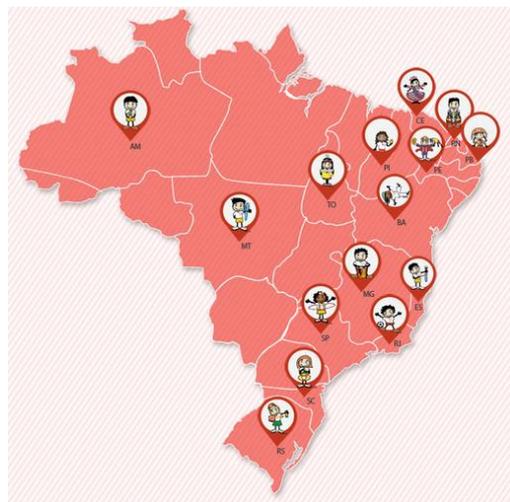
[...] foi criada em 1981, num contexto de efervescência política nacional, quando a sociedade organizada exigia a abertura democrática do país. No campo educativo, recebeu influência determinante da Pedagogia da Educação Popular de Paulo Freire, bem como das opções da Igreja, frutos do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla. (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 18).

Atualmente, com mais de 30 anos de atuação no Brasil, a Fundação possui unidades dos estados e municípios: Santa Catarina (Florianópolis), Paraná (Curitiba), Rio Grande do Sul (Porto Alegre), São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Nova Iguaçu), Minas Gerais (Belo Horizonte, Santa Luzia e Montes Claros), Mato Grosso (Cuiabá), Tocantins (Palmas, Gurupi e Tocantínia), Rio Grande do Norte (Natal), Espírito Santo (Vitória, Cariacica, Serra e Laranja da Terra), Bahia (Ilhéus), Ceará (Vazantes), Pernambuco (Recife), Amazonas (Manaus) e Paraíba (João

Pessoa). Em sua totalidade, atendem crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, bem como suas famílias.

Figura 03 - Mapa das regiões brasileiras em que a Fundação atua.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



A missão da Fundação Fé e Alegria adquire importância fundamental por estar representando sua identidade e a que foi enviada. Assim, apresenta-se aqui a missão da Fundação Fé e Alegria:

Fé e Alegria é um Movimento de Educação Popular Integral e de Promoção Social cuja ação, impulsionada pela fé cristã, se dirige, de forma coparticipativa aos setores empobrecidos, principalmente crianças e jovens, privilegiando os grupos discriminados por razões étnicas, culturais, de gênero ou por necessidades especiais. Provoca o envolvimento de pessoas, grupos e instituições em favor em torno do desafio de construir um projeto de transformação baseado nos valores de justiça, participação e solidariedade, consubstanciando sua vocação como membro da espécie humana a realizar sua cidadania. (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 19).

Juntamente com a missão, a visão institucional também nos mostra sua personalidade, identidade e objetivos a serem alcançados. Portanto, temos por visão:

A visão de Fé e Alegria é um movimento onde todas as pessoas possam desenvolver todas as suas capacidades e viver com dignidade, construindo uma sociedade justa, participativa e solidária; um mundo onde todas as estruturas, em especial a Igreja, estejam comprometidas com o ser humano e a terra, a transformação das situações que geram alterações de clima, o

genoma, a guerra bacteriológica e química e o esgotamento de recursos não renováveis. (FÉ E ALEGRIA, 2009, p. 19).

Na Paraíba, o projeto Fé e Alegria é desenvolvido na cidade de João Pessoa e busca promover serviços e programas sócioassistenciais a partir de ações de inserção social, da potencialização dos vínculos sócio familiares e do desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e de competências de crianças, adolescentes, jovens, familiares e comunidades para que pudessem alcançar a cidadania através de conquistar melhores oportunidades e condições de vida.

As ações da unidade Fé e Alegria em João Pessoa têm grande destaque nas áreas de promoção humana e social, educação não formal e apoio pedagógico. Contando com um número de cerca de 270 beneficiários incluindo crianças, jovens, adolescentes e idosos, como mostra o gráfico 01.

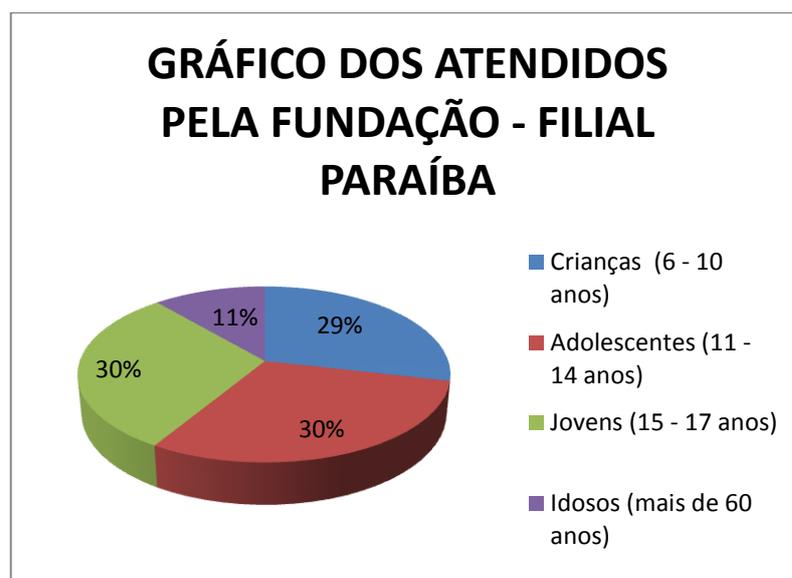


Gráfico 01 - Número percentual de atendidos pela Fundação no Estado da Paraíba.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Como vemos, 89% dos atendidos são crianças, adolescentes e jovens com faixa etária entre 06 e 17 anos. Entretanto, as ações socioassistenciais oferecidos pela Fundação Fé e Alegria no Estado da Paraíba, atingem mais de 400 pessoas mensalmente, segundo dados da pesquisa, divididos em atendimentos diretos e indiretos.

Os serviços oferecidos pela Fundação Fé e Alegria filial Paraíba são: oficinas de incentivo a leitura e a escrita, violão popular, danças populares, teatro, capoeira, esportes somando ao apoio pedagógico e os beneficiados pela Fundação apresentam um crescimento considerável na consciência crítica, um melhor rendimento escolar, bem como o protagonismo que eles manifestam em suas vidas fora da instituição, conforme documentos analisados.

“Todas as pessoas grande foram um dia crianças. Mas poucos se lembram disso.”

(SAINT-EXUPÉRY, 2009)

6 A BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE: o campo da pesquisa

Antes da Fundação Fé e Alegria do Brasil chegar à cidade de João Pessoa, o lugar era utilizado como seminário para Companhia de Jesus e se intitulava Juniorado Interprovincial Instituto Padre Gabriel Malagrida. Segundo documentos obtidos a respeito da instituição, temos que:

[...] para a localização do Juniorado [Interprovincial Instituto Padre Gabriel Malagrida], foi escolhida a cidade de João Pessoa-PB, por ser uma cidade de porte médio, onde os juniores teriam a oportunidade de estabelecer um contato mais direto com os problemas da população, pois PE [Pernambuco] uma região extremamente carente e sofrida. (PEREIRA, 2002, p. 74)

A casa simples, onde estava localizado o Juniorado foi comprada das irmãs Beneditinas e foi preciso passar por várias reformas para adaptação dos serviços que seriam oferecidos, incluindo uma antiga biblioteca que existia naquele lugar, como esclarece Pereira (2002, p. 76):

[...] a sala onde funcionava a antiga biblioteca também passou por reformas, e foi transformada num agradável ambiente para atividades comunitárias, como exibição de filmes, reuniões, aulas extras etc; a biblioteca foi transferida para um espaço maior que permite uma melhor acomodação do acervo de aproximadamente 10 000 (dez mil títulos) que está sendo totalmente organizado, como também dispõe de espaço para obras de referência, cabines para estudo individual e mesas para estudo em grupo.

A biblioteca passou, então, a prestar serviços de consulta e empréstimos de livros, normalização de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT, coleção de reserva, reserva de títulos, orientação dos usuários, entre outros. (PEREIRA, 2002, p. 76).

Posteriormente, o Juniorado Interprovincial Instituto Padre Gabriel Malagrida e todos jovens seminaristas residentes no juniorado foram transferidos para a cidade do Recife no estado de Pernambuco e, junto com eles, todo seu patrimônio. Os materiais bibliográficos daquela biblioteca foram transferidos para a

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco restando apenas algumas duplicatas e alguns móveis.

Após a implementação da Fundação Fé e Alegria do Brasil no estado da Paraíba, viu-se a necessidade de se incentivar seus atendidos à leitura e à escrita. A Fundação então assumiu este espaço e se empenhou em reestruturar ali uma biblioteca para melhor atender ao seu público e as duplicatas e os móveis deixados por doação foram devidamente organizados. Nascia, então, uma nova biblioteca, com novos usuários e novos objetivos.

No decorrer dos meses, muitas campanhas para arrecadar doações foram realizadas pela bibliotecária atuante Raquel Guimarães Pereira Cardoso Leite e, no ano de 2012, foi realizada uma grande compra de materiais bibliográficos infantis e infanto-juvenis com o objetivo de atender à demanda crescente de usuários com faixa etária entre 6 e 17 anos.

Atualmente, a biblioteca dispõe de cerca de 3000 (três mil) títulos para consulta e empréstimo, um acervo interdisciplinar que é composto por livros, revistas, gibis, jornais, CDs e DVDs, jogos educativos e fantoches.

Seu mobiliário conta de 18 (dezoito) estantes de ferro, 02 (duas) estantes para revistas, 02 (duas) mesas de estudo individual e 02 (duas) de estudo em grupo, 03 (três) computadores para pesquisas escolares, uma área para o trabalho do bibliotecário (a), uma seção para leitura infantil com tapetes emborrachados, prestando, assim, serviços diariamente aos atendidos pela Fundação Fé e Alegria e seus funcionários.

Figura 04 - Entrada da biblioteca.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Figura 05 - Acervo e mesas para estudo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Figura 07 - Seção infantil.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



Figura 08 - Varal de gibis e cordéis.
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.



O acervo infanto-juvenil está ordenado por cores, sendo elas: **amarelo** para animais e insetos; **verde** para livros educativos; **lilás** para a literatura juvenil; **azul** para histórias em quadrinhos; **branco** para livros didáticos e **vermelho** para histórias variadas.

Quadro 1: Quadro indicativo de classificação do acervo infanto-juvenil na biblioteca pequeno príncipe.

Cor	Classificação
Amarelo	Animais e insetos
Verde	Educativos
Lilás	Literatura Juvenil
Azul	Histórias em Quadrinhos
Branco	Didáticos
Vermelho	Histórias Variadas

A cada ano, o projeto, junto com seus colaboradores busca avançar a biblioteca em quantidade e em qualidade possibilitando o acesso à leitura e à informação, não só aos atendidos pela Fundação, mas também aos educadores e outros membros que formam a equipe Fé e Alegria.

Em Dezembro de 2013, foi realizada uma votação para a escolha do nome de nossa biblioteca. A eleição aconteceu em duas etapas, primeiramente, cada grupo de convivência sugeriu dois possíveis nomes, finalizando esta etapa em 13 nomes, a

saber: Biblioteca do Amor; Biblioteca Era Uma Vez...; Biblioteca Livro Mágico; Biblioteca Pequeno Príncipe; Biblioteca Faça Sua História; Biblioteca Reino da Imaginação; Biblioteca Viagem Pela História; Biblioteca Fabulosa; Biblioteca Mundo da Criança; Biblioteca do Leitor; Biblioteca Lendo com Fé e Alegria; Biblioteca Cantinho da Leitura e Biblioteca Livrinhos Mágicos; Na segunda fase, as sugestões de todos os grupos de convivência foram ordenadas em um cartaz juntamente com a urna de votação. Os atendidos, educadores e funcionários puderam escolher e votar em até dois nomes. Com 30 votos, o nome escolhido foi “Biblioteca Pequeno Príncipe”.

Assumindo o objetivo de incentivar seus usuários à leitura e a escrita, semanalmente são elaboradas atividades de leitura nos diversos espaços disponíveis na casa onde está localizada a Fundação, a saber: Hora do conto, Li e recomendo, Conhecendo o autor, Histórias para ver, Música e leitura, Em busca do grande leitor entre outras.

Diante da caracterização da biblioteca e traçado o perfil dos usuários por ela atendidos, estudaremos uma proposta de desenvolvimento de coleções a partir das necessidades dessa biblioteca.

“É bem mais difícil julgar a si mesmo que julgar os outros. Se conseguires fazer um bom julgamento de ti, és um verdadeiro sábio.”.

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p.39)

7 DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NA BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE

A Biblioteca Pequeno Príncipe consta de um acervo que abrange diversas áreas do conhecimento, dispondo aos seus usuários de livros de filosofia, psicologia, religião, teologia, ciências sociais, política, economia, administração, educação, matemática, biologia, ecologia, tecnologia, língua portuguesa, clássicos de literatura e literatura atual, literatura juvenil e infantil, geografia, biografias e história, bem como enciclopédias, dicionários de várias línguas, bibliografias, almanaques, atlas e coleções especiais. Também é possível encontrar revistas de psicologia, religião, política, economia, educação, tecnologia, língua portuguesa, literatura e história. Além de livros e revistas institucionais.

Todo o acervo está classificado por assunto segundo o Código Classificação Decimal Universal - CDU. Conforme dados obtidos durante a pesquisa, a escolha do CDU deu-se por consenso entre os profissionais que, no início do funcionamento da unidade de informação, tomaram todas as decisões cabíveis. Nesta ocasião, estes profissionais executaram a compra do livro que é utilizado para a instrução nas classificações em CDU. Como herança desta decisão, a biblioteca conserva a mesma classificação atualmente.

Outros materiais bibliográficos estão disponíveis para seus usuários, direta ou indiretamente: CDs de música, histórias infantis e CDs de livros didáticos e DVDs de filmes adultos, juvenis e infantis, em adição a documentários, e filmes religiosos.

7.1 SELEÇÃO

Segundo dados da pesquisa, a seleção é feita de acordo com a necessidade de seus usuários, dando prioridade aos materiais da área infantil, juvenil, livros e materiais didáticos e da área de pedagogia. Tendo, o profissional responsável pela biblioteca, total poder sobre as decisões de seleção de material. Todavia não há, na unidade de informação, qualquer documento que estabeleça normas ou diretrizes para esta atividade.

7.2 AQUISIÇÃO

O processo de aquisição, na biblioteca estudada se dá por compra, doação ou permuta.

7.2.1 Compra

Segundo dados obtidos, apenas uma compra foi efetuada desde o início de funcionamento da biblioteca. Esta compra ocorreu em julho de 2012 e deu como resultado, a aquisição de 63 títulos. A grande maioria destes foram livros infantis e juvenis, conforme mandava a necessidade de seu público-alvo. Os livros obtidos, ainda fazem parte do acervo atual da biblioteca, salvo algumas exceções.

Após esta considerável compra de livros não ocorreu, na história da biblioteca, nenhuma outra, porém no ano de 2013, a profissional atuante foi orientada a fazer uma lista para possíveis aquisições de materiais bibliográficos. Esta lista foi elaborada a partir das necessidades de seu público com a participação dos educadores da instituição para a formação desta que atualmente consta como documento institucional.

7.2.2 Doação

A biblioteca está à disposição de quaisquer doações possíveis, mas advertem que serão efetivamente adicionados ao acervo, àqueles materiais que a profissional determinar oportuno a seus usuários.

Vale salientar que grande parte de seu acervo foi construído por doações. Muitas chegaram através de vizinhos, amigos da instituição e colaboradores. Também é importante mencionar o Pe. Ednardo Serafim, SJ como grande benfeitor da biblioteca no que tende às doações. Este, diversas vezes doou livros e revistas de sua biblioteca pessoal, chegando até mesmo a efetuar diversas compras, a próprio custo, de livros e DVDs infantis, para fazer doações à biblioteca.

7.2.3 Permuta

A permuta ainda não existe, oficialmente, na biblioteca em questão, mas já houve um caso em que a profissional fez uma troca de alguns títulos com outra biblioteca circunvizinha. Porém não aconteceu nada formal, nem há nenhum documento que comprove esta ação. Conforme os dados obtidos, esta foi apenas uma ação entre colegas profissionais da mesma área, todavia já exista o desejo de que este procedimento se torne contínuo nas atividades desta biblioteca.

7.3 DESBASTE

No ano de 2013, muitos materiais bibliográficos foram remanejados da biblioteca para outro espaço, buscando a melhor acomodação do espaço. Mais especificamente, livros e revista de teologia e religião que, por se tratar de uma instituição católica e uma parte das doações recebidas ter vindo de padres e seminaristas, tornaram-se extensas e tomavam um grande espaço no acervo.

Para receber esses títulos desbastados, foi preparada uma sala com estantes e poltronas e os livros e revistas ali postos estão à disposição de um público específico, que se trata dos padres e dos funcionários, quando solicitado.

7.4 DESCARTE

O descarte é feito após criteriosa avaliação do material. Ocorre quando se percebe que a obra está inutilizada, desatualizada, fisicamente irrecuperável ou quando o seu conteúdo é considerado inadequado à instituição e público.

Os materiais descartados são por critério de inadequação aos interesses da instituição e de seu público, são encaminhados à outros centros de informação. Os materiais descartados pelos outros motivos são direcionados à casas de reciclagem e são vendidos por peso. A arrecadação do dinheiro dessas vendas é revertida para a

compra de materiais necessários para o desenvolvimento das atividades diárias da biblioteca.

7.5 AVALIAÇÃO

Em 2013 foi feita uma avaliação de todo o acervo para verificar se existia algum título que não fizesse parte dos objetivos da biblioteca ou que atingia o público alvo. Novamente não constando de nenhum critério de avaliação desenvolvido anteriormente. Na avaliação verificou-se que muitos títulos deveriam ser remanejados para a acomodação de novo títulos mais atraentes ao seu público, também para que aí existisse uma seção infantil, já que a biblioteca necessitava de muitas estantes para suprir a quantidade de materiais que possuía.

“As estrelas são tão iluminadas... Não será para que cada um possa um dia encontrar a sua?”

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 58)

8 PROPOSTA DE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Com o propósito de nortear as atividades que compreendem o processo de Desenvolvimento de Coleções, visando a padronização nas tomadas de decisões na Unidade de Informação, propõe-se:

8.1 SELEÇÃO

O processo de seleção de material deverá ser de responsabilidade do bibliotecário juntamente com os educadores, colaboradores e dirigentes da Fundação Fé e Alegria, que formarão a comissão, e deverá ser feita com o objetivo de atender as demandas necessárias à seu público alvo.

O acervo da Biblioteca Pequeno Príncipe deve conter diversos tipos de coleções para que seja possível atender as necessidades das crianças, dos jovens e adolescentes, dos educadores e colaboradores e das famílias dos atendidos.

Sua coleção geral deve conter materiais bibliográficos de referência: dicionários, enciclopédias, bibliografias, índices, guias entre outros e devem estar atualizados; sua coleção básica deve dar prioridade à livros de literatura infantil, juvenil e adulta, também materiais bibliográficos nas áreas de música, artes, esporte, teatro, dança, capoeira, livros didáticos para pesquisas escolares entre outras áreas do conhecimento; uma coleção que contenha materiais específicos da Fundação Fé e Alegria; bem como de uma série de materiais bibliográficos atualizados sobre a região ou estado onde se encontra a instituição.

O nível de cobertura de assunto e o número de usuário em potencial irão definir a quantidade de exemplares a fazerem parte da coleção da biblioteca.

8.2 AQUISIÇÃO

A aquisição de materiais bibliográficos deve ser feita através de compra, doação ou permuta.

Para o processo de compra, é extremamente necessário que se observe as prioridades da coleção.

À aquisição caberá o trabalho minucioso de identificação, localização dos itens e sua posterior obtenção para o acervo, qualquer que seja a maneira de tornar isto possível. E não é uma tarefa assim tão automática, pois, infelizmente para os profissionais, os títulos selecionados não se encontram acenando para eles ao serem adquiridos. Muitas vezes, realizar um trabalho de aquisição assemelha-se a procurar uma agulha no palheiro, tantas são as possibilidades e dificuldades existentes. É uma atividade que exige perseverança e atenção a detalhes, de maneira a evitar um descompasso entre o escolhido primeiramente para a aquisição e aquilo que chega às mãos do usuário. (ANDRADE; WERGUEIRO, 1996, p. 6).

É importante que qualquer aquisição de material bibliográfico atenda aos critérios previstos para a seleção de títulos e deve-se priorizar a falta de algum material bibliográfico indispensável à instituição e a necessidade de duplicação de algum material.

As doações poderão ser solicitadas pela biblioteca ou podem ser oferecidas à biblioteca espontaneamente e poderão ser incorporadas ao acervo mediante os critérios de seleção.

Sugerimos que, nas doações espontâneas, o doador deverá ser alertado sobre estes critérios de seleção para que haja o esclarecimento de que o material poderá ser incluído ou não no acervo da instituição, tendo pleno conhecimento de que o material doado, se não estiver de acordo com os critérios de seleção da biblioteca, será ser repassado como permuta, desbaste ou descarte. Para que firme este compromisso e esclarecimento de ambas as partes, propomos o termo de doação abaixo:



JESUÍTAS BRASIL

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL
BIBLIOTECA PEQUENO PRÍNCIPE

CRITÉRIOS PARA RECEBIMENTO DE DOAÇÃO DE MATERIAL INFORMACIONAL

Data da doação: / /

Declaro, ter tomado ciência e estar de acordo com a política adotada pela Biblioteca Pequeno Príncipe em relação às doações.

Assinatura

João Pessoa, DIA de MÊS de ANO.

DECLARAÇÃO

Declaro para devido fins que recebi da (o) NOME DA PESSOA OU INSTITUIÇÃO DOADORA, a doação de TIPO DE MATERIAL DOADO para a composição acervo bibliográfico da Biblioteca Pequeno Príncipe da Fundação Fé e Alegria.

Atenciosamente,

Coordenação da Fundação Fé e Alegria

Bibliotecária CRB: _____

www.feyalegria.org/brasil

Fundação Fé e Alegria do Brasil – CNPJ: _____
Rua Maestro Osvaldo Evaristo da Costa, 415 - Bairro dos Estados –
CEP: 58000-000 João Pessoa/PB - Fone: (83)3512 6314

Os materiais informacionais, oferecidos, em doação, para a Biblioteca Pequeno Príncipe serão aceitos com entendimento explícito que deverão passar por uma seleção, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Biblioteca para o

desenvolvimento das suas coleções. Os itens selecionados serão incorporados ao acervo em sua sequencia normalmente.

Para o processo de permuta ocorrer, a biblioteca deverá manter parcerias com outras unidades de informações de modo a receber materiais necessários ou transferir outros desnecessários à biblioteca, mediante critérios de seleção e descarte. Pois, como relata Wright (1979, p. 9):

Nenhuma biblioteca pequena pode ser tão auto-suficiente que, socorrendo-se apenas dos seus fundos, esteja apta a responder a todas as consultas que lhe apresentem; mas é tal o espírito de entreatajuda que existe nas bibliotecas que mesmo as de pequeno recheio podem prestar serviços relevantes a quem a elas recorra.

Este procedimento de ser feito com a formação de uma lista de duplicatas onde, o profissional ficará encarregado de divulgar os seus materiais com muitas duplicatas e avaliar as listas de outras bibliotecas para que se faça a permuta.

8.3 DESBASTE

O desbaste deverá observar os critérios já descritos na proposta e poderá ser feito em qualquer época, se necessário.

O material poderá ser retirado do acervo para remanejamento para: a otimização do espaço da biblioteca; para a recuperação física do material; ou quando determinado material está a muito tempo sem nenhum usuário consultá-lo, este deve ficar por um período em observação antes que seja retirado totalmente do acervo. Caso ocorra de um usuário vir a buscar a informação contida nele, este deverá retornar ao acerto ativo.

8.4 DESCARTE

As decisões tomadas deverão partir exclusivamente de uma pessoa que seja profissional da área.

Um material deverá ser descartado quando: não atender aos critérios de seleção e que não tenha interesse para os objetivos da biblioteca e da instituição;

quando o material estiver com graves danos físicos e se torne impossível seu manuseio, ou seja, materiais sujos, infectados, rasgados ou deteriorados; quando a biblioteca possuir muitas duplicatas de um mesmo título, este deve ir para a lista de permuta já sugerida e quando o material perdeu sua atualidade; obras escritas em línguas inacessíveis àquele público e a unidade de informação já possui uma edição nova.

8.5 AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser realizada anualmente, em qualidade e em quantidade de títulos, como caminho para observar a adequação de seu acervo quanto aos interesses dos seus usuários e aos objetivos da biblioteca e da instituição a qual ela serve.

Propomos, também, a criação de estatísticas de utilização dos materiais bibliográficos é de suma importância para identificar os títulos de maior acesso, dos quais será providenciada, se necessário, a aquisição de mais exemplares.

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós, deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”.

(SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 67)

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou explorar o Desenvolvimento de Coleções visando uma melhor compreensão do tema proposto, diagnosticar a atual situação do desenvolvimento de coleções realizado na Biblioteca Pequeno Príncipe, bem como caracterizar a biblioteca de acordo com as suas atividades e serviços ligados ao desenvolvimento de coleções e, por fim, estabeleceu critérios e diretrizes para a criação da Política de Desenvolvimento de Coleções.

Após sua implementação, a política de Desenvolvimento de Coleções proposta neste trabalho deverá ser revisada periodicamente, buscando a constante adequação do acervo ao interesse dos usuários, aos objetivos da biblioteca e da instituição a qual ela serve. Pois, segundo Miranda (2007, p. 93b): “A qualidade do acervo está condicionada à flexibilidade para modificar ou ajustar a política de desenvolvimento de coleções.” E a mesma autora, em outro artigo, reforça que “[...] o desenvolvimento de coleções deve ser um processo ininterrupto permanecendo em constante evolução.”

Posteriormente, pretendemos colocar à disposição da instituição o presente trabalho para que a biblioteca possa ser beneficiada pelas melhorias descritas e para que seus usuários possam, assim também, serem beneficiados, mas é importante lembrar que este trabalho tratou de elaborar uma proposta apenas, pois sabemos que esta deverá ser avaliada pela equipe diretiva da Fundação Fé e Alegria que tomará a decisão de aplicá-la ou não.

Pode-se concluir que a Biblioteca Pequeno Príncipe é, sem dúvida, uma importante fonte de informação e, assim sendo, e uma Política de Desenvolvimento de Coleções tem muito a contribuir para sua melhoria e uma mudança social na vida de seus usuários.

Acreditamos que os livros nos ensinam muito, mas a vida nos ensina tudo e, diante de tantas experiências e vivências espero muito sinceramente que, após cada dia de nossa labuta, sejam intensas e eternas as marcas deixadas em todos os usuários da Biblioteca Pequeno Príncipe.

Este capítulo formalmente se finaliza, mas não se conclui, pois esta pesquisa deve ser apenas o começo de uma longa dedicação e aprofundamento, visando a melhor maneira de aplicação da Gestão de Desenvolvimento de Coleções aqui proposta.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão D. de; GUINDANI, Joel F.; SÁ-SILVA, Jackson R. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009, p. 1-15. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

ANDRADE, D.; WERGUEIRO, V. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996, 118 p.

ARES, Amanda Maria M. L.; CRUZ, Ligia A.; SILVA NETA, Mercedes R. **Política de desenvolvimento de coleções da BMHS**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/site/sites/default/files/Desenvolvimento%20De%20Cole%C3%A7%C3%B5es.pdf>>. Acesso em: 05 de junho de 2014.

ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. Lisboa: Calouste Gilbenkian, 1967, 707p.

BASTOS, Gustavo G. et al. Discursividades sobre o bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 2-14, jan./mar., 2013.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S141399362013000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 de julho de 2014.

BEHR, Ariel; ESTABEL, Lizandra B.; MORO, Eliane L. S. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2>>. Acesso em: 24 de julho de 2014.

CASTRO, César A.; SOUSA, Maria C. P. Pedagogia de projetos na biblioteca escolar: proposta de um modelo para o processo da pesquisa escolar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 134-151, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S141399362008000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 12 de junho de 2014.

CERVANTES, Brígida M. N.; DIAS, Geneviane D.; SILVA, Terezinha E. Política de desenvolvimento de coleções para documentos eletrônicos: tendências nacionais e internacionais. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.

17, n. 34, p.42-56, maio./ago., 2012. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14723061005>>. Acesso em: 13 de junho de 2014.

CEZARINO, Maria A. N. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**. Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 218-241, set. 1978. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010060&dd1=49428>>. Acesso em: 9 de julho de 2014.

DIAS, Eduardo J. W.; MATTOS, Ana M. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitários: uma abordagem quantitativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 13, p. 38-60, set./dez. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362009000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de junho de 2014.

DIB, Simone; SILVA, Neusa C. Unidade de negócio em informação - UNINF: o futuro das bibliotecas universitárias na sociedade do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 20-31, jan./abr. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 de julho de 2014.

ESCLARIN, Antônio P. **Padre José Maria Vélaz fundador de Fé e Alegria**. Caracas: Edita Federacion Internacional Fé y Alegria, 1992, 36 p. Disponível em:
http://www.feyalegria.org/images/acrobat/8097100114101327797114237973286233108971224632701171101009710011111432100101327010132121326510810110311410597_835.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2014.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 200p.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, v. 7, n. 1, jan./jun. 1979. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002354&dd1=bb4c3>>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

_____. Serviços oferecidos por bibliotecas especializadas: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. Brasília, v. 11, n. ¾, 1978.

Disponível em: <

<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000794&dd1=16bcf>>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2000, 160p.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA. **Proposta educativa de fé e alegria Brasil: diretrizes nacionais**. São Paulo, 2009, 79 p.

FRAGOSO, Graça M. Biblioteca na escola. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002, p. 124-131. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/polleit_biblio.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2014.

MACHADO, Elisa C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009– ISSN: 1678-765X. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/420>>. Acesso em: 24 de junho de 2014.

MELO, Maurizete P.; NEVES, Dulce A. B. A importância da biblioteca infantil. **Biblionline**. Paraíba, v.1, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000009276&dd1=49ef1>>. Acesso em: 21 de junho de 2014.

MENEZES, Úrsula F. **Proposta de política de desenvolvimento de coleções para a biblioteca Carlos Barbosa do Instituto de Artes da universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16260/000667035.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 de junho de 2014.

MIRANDA, Ana Cláudia C. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 4, n. 2, p. 01-19, jan./jun. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/367/246>>. Acesso em: 04 de junho de 2014.

_____. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação e sociedade**. João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr., 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463/1468>>. Acesso em: 20 de junho de 2014.

PEREIRA, Raquel G. **Caracterização das bibliotecas das casas de formação da Companhia de Jesus no Brasil: noviciado e juniorado**. João Pessoa: UFPB, 2002, 118p.

PINHEIRO, Mariza I. S.; SCHETTI, Vana F. P. **Classificação em cores: uma alternativa para bibliotecas infantis**. UFMT, Mato Grosso, 2012. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/319.pdf>>. Acesso em: 21 de julho de 2014.

PORTELLA, Célia M. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/celiaMaria.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

REIS, Fabrício, J. N.; REIS, Alcemir S. Bibliotecas públicas como lugar de práticas culturais: uma discussão sócio-histórica. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.21, n.1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740>>. Acesso em: 15 de julho de 2014.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O pequeno príncipe**. 48 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009, 96p.

SALASÁRIO, Maria G. C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão – LMP/UFSC. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Santa Catarina, v. 5, n. 5, 2000. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/351>>. Acesso em: 14 de julho de 2014.

SAUIDEN, Emir J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2014.

_____. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, INL, 1980, 82 p.

SNBP. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>>. Acesso em: 27 de julho de 2014.

TRANSFORMANDO vidas. João Pessoa, 2013, 23 p.

VERGUEIRO, Waldomiro C. S. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

_____. Estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de coleções. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 193-202, jul./dez., 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002545&dd1=c252f>>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

_____. O desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1208/849>>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

_____. **Seleção de materiais de informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 1997, p. 126 p.

WEITZEL, Simone R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/414>>. Acesso em: 09 de junho de 2014.

WIRGHT, J. E. **A biblioteca especializada e o serviço informativo**. In: ASHWORTH, Wilfred. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos**. Lisboa: Calouste Gilbenkian, 1967, 707p.